



CERTIFICAÇÃO

**EXECUTIVO**  
**DE FUTEBOL**  
TURMA 2025

# O FUTEBOL & A LEI

*André Carvalho Sica*

**footure**  
academy

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **Evolução** da legislação esportiva;
- Estrutura **associativa** e autonomia desportiva;
- Principais **alterações legislativas recentes**;
- Lei Pelé vs. **Lei Geral do Esporte**; e
- Novidades nos regulamentos **FIFA**.

## REFLEXÕES INICIAIS



Qual o papel dos advogados dentro do departamento de futebol?

De que maneira o executivo de futebol necessita do departamento jurídico?

## EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPORTIVA

1941

Decreto-Lei nº 3199/1941

Primeira legislação  
esportiva oficial do Brasil

Estabelecia as bases da  
organização dos  
desportos em todo o país  
(via CND)

1988

Constituição da  
República  
(Artigo 217 -  
autonomia)

1998

Lei nº  
9.615/1998

Lei Pelé

Nova versão  
das normas  
gerais sobre o  
esporte (Lei  
Zico sem o  
Passe).

1975

Lei nº 6.251/1975

Instituiu normas gerais  
sobre desportos.

Estabelece, por exemplo  
a política nacional de  
Educação Física e  
desporto (mais força ao  
CND - Ditadura).

1993

Lei nº 8.672/1993

Lei Zico

Normas gerais sobre  
o esporte brasileiro.  
(redução do  
intervencionismo)

2000

Lei nº 9.981/2000

Lei Maguito Vilela

Promoveu atualizações na Lei Pelé.  
Criação do Ministério do Esporte.  
Possibilidade de os clubes se  
tornarem empresas.

## EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPORTIVA

**2001**

Lei nº 10.264/2001

Lei Agnelo Piva

Promoveu alterações na Lei Pelé. Acrescenta benefícios fiscais para a comunidade esportiva brasileira.

**2021**

Lei nº  
14.193/2021  
Lei da S.A.F.

Cria a figura da Sociedade Anônima do Futebol (SAF).

**2006**

Lei nº  
11.438/2006  
Lei de Incentivo  
ao Esporte

**2003**

Lei nº 10.671/2003  
Estatuto do Torcedor

Resolução CNE nº  
01/2003  
Código Brasileiro de  
Justiça Desportiva

**2015**

Lei nº 13.155/2015  
PROFUT

**2023**

Lei nº 14.597/2023  
Lei Geral do Esporte

Atualização e consolidação das normas gerais sobre o esporte brasileiro, mas não revogou a Lei Pelé.

## EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPORTIVA

### Sistema estatutário – Pirâmide Desportiva

Constituição Federal (art. 217);

Legislação Federal (Lei Geral do Esporte, Lei Pelé, Agnelo Piva e outras);

CBJD (Resolução CNE nº 29/2003);

Regras das modalidades;

Regulamentos das competições (gerais e específicos);

Estatutos e Regulamentos das Federações Internacionais, das Confederações e das Federações/Confederações

Nacionais e das Federações Regionais.

## EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPORTIVA

Constituição Brasileira (1988): Constitucionalização da autonomia esportiva.

“Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

- a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
- a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.”

# EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPORTIVA

## Autonomia desportiva e estrutura associativa

“A autonomia desportiva é, portanto, ínsita ao próprio desporto e cada entidade associativa tem, dentro de certos limites de competência, plenos poderes de autorregulamentação e autonormatização, resguardadas tão apenas as clássicas áreas de responsabilidade estatal, ordem pública e segurança pública”.

MELO FILHO, Álvaro. **Nova Lei Pelé: Avanços e impactos**. Rio de Janeiro: Maquinária, 2011.

Alguns desdobramentos (entidades desportivas e associações):

Autonomia estatutária

Autonomia regulamentar

Autonomia disciplinar

## REFLEXO DA AUTONOMIA DESportiva NA ESTRUTURA ASSOCIATIVA

Estrutura associativa do futebol:



# O FUTEBOL & A LEI

## AUTONOMIA ESTATUTÁRIA

Direito de elaborar os próprios estatutos, com regras de funcionamento e regime econômico-financeiro próprios, bem como as relações com os associados e sócios. Exemplo: Estatutos da CBF e da FIFA.

## AUTONOMIA REGULAMENTAR

Produção de normas fixando regras e diretrizes em derredor de seus interesses. Exemplo: *Regulations on the Status and Transfer of Players* e RCNRD.

## AUTONOMIA DESPORTIVA

## AUTONOMIA NA RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

Exemplos: FIFA Football Tribunal, CAS/TAS, Tribunal de Disciplina da CONMEBOL, Câmara Nacional de Resolução de Disputas, CBMA, Justiça Desportiva.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES

### Lei da SAF (Lei Nº 14.193/2021)

Cria a figura da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), cuja atividade principal consiste na prática do futebol em competições profissionais.

Define seu financiamento, administração, governança e controle.

Estabelece regime especial de apuração de tributos federais aplicável à espécie.

## Lei do Mandante (Lei N° 14.205/2021)

Altera a Lei Pelé para estabelecer que pertencem ao clube (entidade de prática desportiva) mandante do jogo os direitos de negociar, autorizar ou proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, do espetáculo desportivo.



# PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES

## Lei de Apostas (Lei N° 14.790/2023)

Estabelece a regulamentação do mercado de apostas esportivas, que tinha sido legalizada em 2018 com a promulgação da Lei n° 13.756/2018. A análise de vetos da Presidência da República ainda está pendente de análise pelo Congresso Nacional.

Define quais eventos podem ser objeto de apostas, quem pode se licenciar e como fazê-lo, regras tributárias para os operadores, requisitos mínimos em termos de integridade e publicidade, impedimentos para apostadores, dentre outros.

Matéria pendente de regulamentação pelo Ministério da Fazenda, a partir da publicação de portarias pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA).

# PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES

## Lei Geral do Esporte (Lei N° 14.597/2023)

Resumo: a Lei Geral do Esporte, concentrou grande parte disposições sobre o esporte no Brasil, revogando o Estatuto do Torcedor e leis que versam sobre treinadores profissionais e árbitros de futebol. Entretanto, a Lei Pelé e a Lei de Incentivo ao Esporte seguem vigentes, suscitando conflitos entre dispositivos de uma e outra lei.

Problemática: inúmeros dispositivos foram vetados pelo Presidente da República, afastando modificações legislativas que seriam bem-vindas aos clubes, por exemplo, (i) a incidência de cláusula indenizatória em caso de dispensa por justa causa e (ii) a adoção da sistemática da FIFA em relação à cláusula compensatória e ao sistema esportivo em geral.

# PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES

## Lei Geral do Esporte (Lei N° 14.597/2023)

### Principais alterações:

A remuneração devida a título de imagem ao atleta não poderá ser superior a 50% de sua remuneração;

Prêmios por performance ou resultado, imagem e luvas explicitamente não possuem natureza salarial;

É hipótese de rescisão indireta do contrato especial de trabalho esportivo a inadimplência da organização esportiva contratuais referentes à remuneração do atleta profissional ou ao contrato de direito de imagem, por período igual ou superior a 2 meses;

Até 6% do valor pago pela nova organização esportiva serão obrigatoriamente distribuídos entre as organizações esportivas que contribuíram para a formação do atleta, sendo 0,5% para cada ano de formação dos 12 aos 13 anos (possibilidade de formação a partir dos 12 anos);

Se ocorrer o atraso no pagamento das parcelas da cláusula compensatória esportiva superior a 2 meses, vencer-se-á automaticamente toda a dívida;

A perda de certificação como organização esportiva formadora enseja perda do valor equivalente ao mecanismo de solidariedade nacional.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES

### Lei Geral do Esporte (2023) x Lei Pelé (1998)

A LGE foi promulgada sem a revogação da Lei Pelé, como foi com o Estatuto do Torcedor, por exemplo. Como estão ambas vigentes, é possível que, em determinadas situações, suscitar conflitos entre dispositivos de uma e outra lei.

#### Exemplo de alguns conflitos entre as Leis vigentes:

Na LGE, prêmios por performance ou resultado, imagem e luvas explicitamente não possuem natureza salarial, enquanto na Lei Pelé, gratificações e prêmios são verbas inclusas no contrato de trabalho;

Na LGE, possibilidade de rescisão indireta após dois meses de inadimplência, enquanto na Lei Pelé, apenas após três meses de inadimplência.

Na LGE, o 1º CETD não pode ter prazo superior a três anos, enquanto na Lei Pelé, é permitida vigência até cinco anos.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RECENTES

### Direito de Imagem: status atual diante das mudanças legislativas

Valor pago a título de direito de imagem não possui natureza salarial e deve constar em contrato avulso de natureza exclusivamente civil (LGE, art. 85, §1º);

A remuneração devida a título de imagem ao atleta pela organização esportiva não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) de sua remuneração (LGE, art. 164, §2º);

Deve ser efetivo o uso comercial da exploração do direito de imagem do atleta, de modo a se combater a simulação e a fraude (LGE, art. 164, §4º);

Mantém-se a diferenciação entre o direito de imagem, de titularidade do atleta, e o direito de arena, de titularidade das organizações esportivas mandantes da partida.

## FIFA REGULATIONS ON THE STATUS AND TRANSFER OF PLAYERS

As últimas versões trouxeram alterações substanciais em relação às transferências por empréstimo, ao Anexo 7, editado exclusivamente para tratar das disposições transitórias relativas à Guerra na Ucrânia, e à nova regulamentação de Câmaras Nacionais de Resolução de Disputas.

## FIFA FOOTBALL AGENT REGULATIONS

Criou um novo sistema de licenciamento obrigatório; um teto para as comissões dos agentes; uma câmara de resolução de disputas especializada no Tribunal do Futebol da FIFA para dirimir litígios que envolvam agentes. Algumas de suas disposições foram suspensas pela FIFA, incluindo o teto de comissão.

## NOVIDADES NOS REGULAMENTOS FIFA

## FIFA CLEARING HOUSE

Criada para atuar como intermediária no processamento de determinados pagamentos realizados dentro do sistema de transferências do futebol.

## OBRIGADO!



[asica@csmv.com.br](mailto:asica@csmv.com.br)